



Porque é que a democracia precisa de especialistas confiáveis

Jean Pisani-Ferry

Humildade, procedimentos rigorosos, prevenção de conflito de interesses, capacidade de reconhecer os erros e, sim, punição de comportamentos fraudulentos são indispensáveis para recuperar a confiança dos cidadãos.

Em julho de 2016 escrevi [um comentário](#) questionando porque é que os eleitores do Reino Unido votaram a favor da saída União Europeia, desafiando o peso esmagador das opiniões dos especialistas, avisando sobre os principais custos económicos do Brexit. Observei que muitos eleitores no Reino Unido e noutros lugares estão com raiva dos especialistas em economia. Dizem que os peritos não conseguiram prever a crise financeira de 2008, colocaram a eficiência em primeiro lugar nos seus conselhos sobre políticas, e assumiram cegamente que os perdedores das suas prescrições políticas poderiam ser compensados de alguma forma não especificada. Argumentei que os peritos devem ser mais humildes e estar mais atentos às questões de distribuição.

O artigo provocou muito mais comentários de leitores do que qualquer outro. As reacções confirmam, na sua maioria, a raiva que eu havia notado. Os leitores consideram que os economistas e outros especialistas são indiferentes às preocupações das pessoas comuns; conduzidos por uma agenda que não coincide com a dos cidadãos; estão muitas vezes errados e, portanto, são incompetentes; são tendenciosos ou simplesmente reféns do grande capital ou da indústria financeira; e ingénuos – incapazes de ver que os políticos seleccionam as análises que servem os seus interesses, ignorando o resto. Os especialistas, dizem alguns, também são culpados de fracturarem a sociedade, segmentando o debate numa panóplia de discussões restritas e especializadas.



De forma notável, também recebi observações de profissionais das ciências naturais, que disseram que a crescente desconfiança dos cidadãos em relação aos especialistas também se estende às suas disciplinas. Pontos de vista científicos em áreas como energia, clima, genética e medicina enfrentam uma rejeição popular generalizada. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma pesquisa do Pew Research descobriu que 67% dos adultos pensam que os cientistas não têm uma compreensão clara sobre os efeitos na saúde dos organismos geneticamente modificados. A desconfiança face aos organismos geneticamente modificados é ainda maior na Europa. Considerando que o apoio geral à ciência continua forte, muitos cidadãos acreditam que ele é manipulado por interesses especiais e, em algumas questões, a visão comum afasta-se da evidência estabelecida.

Esta divisão entre os especialistas e os cidadãos é um sério motivo de preocupação. A democracia representativa baseia-se não só no sufrágio universal, mas também na razão. Idealmente, as deliberações e votações resultam em decisões racionais que usam o estado actual do conhecimento para apresentar políticas que promovam o bem-estar dos cidadãos. Isso requer um processo no qual os especialistas - cuja competência e honestidade são confiáveis - informam os decisores sobre as opções disponíveis para responder às preferências declaradas dos eleitores. Mas não é provável que os cidadãos estejam satisfeitos se acreditam que os especialistas estão a impor a sua própria agenda, ou são reféns de interesses especiais. A desconfiança em relação aos especialistas alimenta a desconfiança em relação aos governos democraticamente eleitos, se não mesmo à democracia.

Porque é que existe essa divisão entre especialistas e a sociedade? Cada país teve a sua própria série de escândalos de alto nível na saúde ou segurança. Os especialistas têm sido culpados de negligência e de conflitos de interesse. Reputações conquistadas com muito esforço perderam-se rapidamente.

Mas os críticos muitas vezes não conseguem reconhecer que a ciência envolve mais - e mais



rigoroso - escrutínio do que, digamos, uma empresa ou um governo. Na verdade, é o porta-estandarte das boas práticas relativas à validação de análises e discussão de propostas políticas. Na academia, ocorrem erros com regularidade, mas eles são corrigidos de forma mais célere e sistemática do que noutros campos. A natureza colectiva da validação científica também dá garantias contra a captura por interesses especiais.

O problema pode, de facto, ser mais profundo do que as queixas comuns contra os especialistas sugerem. Há algumas décadas, foi amplamente assumido que o progresso na educação de massas preencheu gradualmente a lacuna entre o conhecimento científico e a crença popular, contribuindo assim para uma democracia mais serena e mais racional.

Mas as evidências mostram que não. Como demonstrou o sociólogo francês Gerald Bronner, a educação não aumenta a confiança na ciência, nem diminui a atracção por crenças ou teorias que os cientistas consideram totalmente absurdas. Pelo contrário, os cidadãos mais educados muitas vezes ressentem-se por serem informados por especialistas daquilo que a ciência considera como verdade. Tendo tido acesso ao conhecimento, sentem-se capacitados o suficiente para criticar os conhecedores e desenvolver os seus próprios pontos de vista.

As alterações climáticas - que a comunidade científica considera uma grande ameaça - são um exemplo. De acordo com uma pesquisa do Pew Research, em 2015, os três países onde a preocupação é menor são os EUA, Austrália e Canadá, enquanto que os três onde a preocupação é maior são o Brasil, Peru e Burkina Faso. No entanto, a média de anos de escolaridade é 12,5 para o primeiro grupo e seis para o segundo. Evidentemente, a educação por si só não é razão para esta diferença de percepção.

Se o problema chegou para ficar, é melhor fazermos mais para o resolver. Em primeiro lugar, precisamos de mais disciplina por parte da comunidade de especialistas. A disciplina intelectual que caracteriza a investigação está muitas vezes em falta nas discussões políticas. Humildade, procedimentos rigorosos, prevenção de conflito de interesses, capacidade de



reconhecer os erros e, sim, punição de comportamentos fraudulentos são indispensáveis para recuperar a confiança dos cidadãos.

Em segundo lugar, é preciso rever os programas de estudo para equipar os futuros cidadãos com as ferramentas intelectuais necessárias para distinguir entre factos e ficção. A sociedade tem tudo a ganhar com cidadãos cujas mentes sejam menos desconfiadas e mais críticas.

Por fim, precisamos de melhores espaços para o diálogo e o debate informado. Revistas e jornais sérios preencheram tradicionalmente o espaço entre o éter das publicações especializadas e o mar profundo de enganos; no entanto, todos eles lutam para sobreviver à revolução digital. São necessários outros locais, talvez novas instituições, para preencher esse espaço. O que está claro é que a democracia não pode prosperar se for deixada vazia.

Jean Pisani-Ferry é professor na Hertie School of Governance em Berlim e comissário-geral da France Stratégie.

Copyright: Project Syndicate, 2016.

www.project-syndicate.org Tradução: Rita Faria

Originalmente publicado em:

http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/economistas/jean_pisani_ferry/detalhe/porque_e_que_a_democracia_precisa_de_especialistas_confiables.html

Republicado com autorização do autor, sob chancela da France Stratégie – Services du Premier Ministre.